

O atual governo e o Banco Mundial pensam o Brasil como fonte de lucro para o grande capital: um projeto que, dentre outras decorrências, destruirá Universidades e Institutos Federais.

As Instituições Federais de Ensino (IFE) – Universidades e Institutos – têm valor estratégico para a sociedade brasileira contemporânea. Não por acaso, o primeiro estatuto geral data de 1931, quando o Brasil iniciava o seu processo de transformação em uma sociedade urbana-industrial. A fundação da Universidade de São Paulo (1934) e a criação de um Sistema Federal de Ensino Superior, que emergiu após o fim da ditadura militar (1964-1985), são duas grandes referências da qualidade socialmente referenciada do ensino, pesquisa e extensão produzidos pelas nossas instituições. A rede de Institutos Federais, por sua vez, foi consolidada apenas recentemente, no início do presente século; a maioria dos docentes nela lotados está na carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criada em 2008 após negociação entre o governo da época e o PROIFES.

A qualidade do ensino e da pesquisa realizados no âmbito das universidades públicas brasileiras nos confere, hoje, uma posição de destaque no contexto internacional; e a emergente rede de Institutos Federais tem um potencial extremamente promissor e central no desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Esse patrimônio, arduamente construído pela sociedade brasileira, encontra-se, contudo, ameaçado pelas políticas antinacionais impostas pelo governo Temer a partir de 2016. Uma das principais delas, a Emenda Constitucional (EC) 95, congelou os investimentos primários (políticas públicas e infraestrutura econômica) pelos próximos 20 anos, o que levará a uma redução progressiva, frente ao PIB, dos orçamentos das áreas sociais, como saúde e educação. Como consequência direta da EC 95 temos assistido a sucessivos ataques aos servidores públicos federais, como os que decorrem da MP 805: elevação de alíquotas de contribuição previdenciária e postergação por um ano da entrada em vigor de todos os acordos negociados pelas diversas categorias com o governo Dilma, já transformados em lei com o aval do próprio governo Temer. No caso dos docentes, isso significaria retardar a reestruturação de carreira assinada pelo PROIFES em 2 de dezembro de 2015, o que levaria a um congelamento salarial em 2018, ao contrário dos cerca de 3% de recomposição pactuados.

O atual governo, diante da drástica redução do financiamento de serviços públicos essenciais, que constitui um dos pilares de suas políticas, tem buscado, com o apoio da grande mídia e de maciça propaganda enganosa: 1) justificar o quadro de penúria que irá atingir as áreas sociais, incluídos aí universidades e institutos federais; e 2) apontar ‘soluções’ para os graves problemas que dele irão resultar.

Com o objetivo de respaldar essas duas linhas de ação, o governo Temer se apropriou dos resultados (divulgados em 21 de novembro próximo passado) de um ‘estudo’ encomendado ao Banco Mundial pelo ministro Joaquim Levy (Fazenda), ainda em 2015, e intitulado: “Um ajuste justo: uma análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”.

Dentre as conclusões do ‘estudo’ estão os seguintes ‘fatos’: a previdência gera déficit cada vez maior, o que inviabilizará crescentemente as contas públicas; os programas sociais existentes gastam, anualmente, 1,3% do PIB a mais do que o ‘necessário’; um estudante universitário em uma instituição federal sai R\$ 41.000/ano, muito mais caro do que numa instituição privada (R\$ 14.000/ano); os servidores públicos recebem salários excessivos, 70% superiores ao que é pago pelo exercício de funções similares no setor privado. Portanto, há que cortar fortemente essas despesas: o Estado brasileiro gasta mais do que pode – e gasta mal, de forma ineficiente. Assim, se o necessário corte gerar consequências, essas certamente devem ser creditadas à incompetência de gestão da máquina pública. Esses ‘fatos’, contudo, desconsideram aspectos e elementos importantes: a previdência, no Brasil, é parte da seguridade social, cujas fontes de recursos são previstas na Constituição Federal de 1988 – feitas as contas, a seguridade social é, ao contrário, superavitária – no setor público, inclusive, esse superávit irá aumentar ao longo dos anos, com o fim da aposentadoria integral e paritária; os programas sociais são e foram fundamentais para retirar parte da população da miséria, e para reduzir a imensa desigualdade na distribuição de renda existente no Brasil e, assim, não podem de nenhuma forma ser reduzidos, muito pelo contrário; nos cálculos dos ‘custos’ do aluno de uma universidade federal o Banco Mundial embute

os recursos investidos em pesquisa e em extensão, ou seja, na geração e na difusão do conhecimento, essenciais ao desenvolvimento do País – nesses termos, não é correto comparar esses ‘custos’ aos dos alunos de instituições privadas, onde aquelas atividades praticamente inexistem, com raras exceções; além disso, é fundamental que os servidores públicos, que não recebem outros benefícios auferidos pelos trabalhadores do setor privado (como FGTS, por exemplo), tenham salários atrativos e condições de trabalho estimulantes, para que a população possa desfrutar de serviços públicos de qualidade – e, ademais, qualquer um sabe o quão distantes do mundo real estão as conclusões do ‘estudo’ do Banco Mundial (é só comparar salários de médicos do setor público e do setor privado, por exemplo).

Já com relação às ‘soluções’, o ‘estudo’ preconiza várias, repercutidas imediatamente pelo atual governo e pela grande imprensa. Exemplos: aprovação da Reforma da Previdência, para conter o déficit – uma das causas das mazelas econômicas do País; racionalização dos gastos em programas sociais, acabando com os desperdícios e os desvios de recursos; extensão do FIES e do ProUni para os alunos das universidades públicas, com o fim da gratuidade, a par da venda de serviços pelas instituições; congelamento de salários do funcionalismo. De acordo com o Banco Mundial, na área de educação é possível reduzir ‘custos’ em 1,5% do PIB (1% de redução no ensino básico, e 0,5% no ensino superior federal) – em outras palavras, em vez de elevar o investimento em educação de 6,5% do PIB/ano para 10% do PIB/ano, como previsto pelo Plano Nacional de Educação (PNE) / 2014, deve-se reduzir esse investimento para 5,0% do PIB/ano. Esses patamares eram precisamente os vigentes nos anos 90; ademais, a redução dos hoje 6,5% do PIB/ano em educação para menos de 5,0% do PIB/ano é compatível com as projeções resultantes da entrada em vigor da EC 95 – em detrimento da implantação do PNE.

As consequências diretas dessas medidas para as IFE, conforme apoiadas e aprovadas pelo atual governo, em consonância com a lógica do Banco Mundial, seriam: a redução da inclusão, nas IFE, dos segmentos menos abastados da população; o direcionamento da pesquisa para o interesse das empresas, em detrimento de um projeto de produção de conhecimento que seja estratégico para o Brasil; e a perda sucessiva de qualidade do corpo docente e de servidores técnico-administrativos, que resultaria da proposta de redução de salários sugerida – dentre inúmeras outras desastrosas consequências.

Alternativas efetivas e duradouras ao atual modelo exigirão o enfrentamento dos privilégios dos menos de mil brasileiros detentores de fortunas que hoje somam mais de 17% do PIB.

A contraposição às propostas de destruição das universidades e institutos federais empreendidas pelo governo Temer – em defesa da educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade, em todos os níveis, e de serviços públicos de excelência, como merece a população brasileira – passa por apontar outras formas e fontes para o financiamento dos investimentos públicos:

- Aumento expressivo dos impostos sobre a renda e a propriedade, que deveria incidir sobre todos os ricos (independentemente de terem ou não filhos na universidade) - e aí sim, seria pertinente uma comparação com a OCDE, onde os percentuais cobrados são em média duas vezes mais altos;
- Taxação das grandes fortunas (como manda regulamentar a CF de 88, o que nunca foi feito);
- Elevação do imposto sobre heranças;
- Taxação das movimentações financeiras, em especial sobre a especulação de rapina que campeia solta e sem contrapartida no nosso País;
- Apropriação, pelo Estado brasileiro, de parcela do lucro decorrente da exploração das riquezas do subsolo brasileiro (petróleo, gás natural, minério de ferro, pedras preciosas, etc.) que seja compatível com o que é praticado internacionalmente – no Brasil, essa parcela é inaceitavelmente baixa: os atuais marcos regulatórios permitem que as grandes empresas que atuam no setor fiquem com a maior parte daquelas riquezas;
- Auditoria da dívida pública, já que o grande capital aqui embolsa juros extorsivos, que alcançam mais de 5% do PIB por ano;
- Fim das desonerações, sem critério nem limites (que chegaram em 2016 a quase 7% do PIB);
- Efetivo combate (e não de fachada e oportunista) à corrupção, à sonegação e à pilhagem aqui praticados há séculos, remontando aos primórdios da 'colonização' das nossas terras;
- Vinculação suficiente de recursos orçamentários para as áreas sociais e, em particular, para a educação, garantindo a existência de políticas públicas de Estado (e não meramente de governo).

Por último, há que registrar que só com grande mobilização, organização e luta será possível ter sucesso na implantação dessas alternativas, já que para isso será preciso enfrentar interesses poderosos.